

Banco Mundial quer bolsa-escola nacional

Representante da instituição no país diz que efeitos do real se esgotaram e programa do DF seria nova alternativa contra pobreza

O Banco Mundial (Bird) está levantando os custos da adoção em todo o Brasil do Programa Bolsa-Escola implantado pelo governo petista do Distrito Federal. O Bird considera a iniciativa uma forma de otimizar o desempenho da educação básica e, em consequência, reduzir a pobreza. O representante do banco no Brasil, Gobind Nankani, anunciou ontem, durante seminário da ala progressista da Igreja e movimentos populares, que os estudos ficarão prontos dentro de alguns meses e servirão de subsídio para o próximo governo, caso fique constatada a viabilidade fiscal do programa.

Estimativas preliminares do Bird indicaram que o País gastaria anualmente entre R\$ 9 bilhões e R\$ 27 bilhões — o equivalente a 1% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) — para garantir o pagamento de um salário mínimo às famílias pobres que mantivessem seus filhos entre sete e 14 anos frequentando as escolas. O Bolsa-Escola beneficia 22,6 mil famílias (44,8 mil alunos bolsistas) do DF com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Em troca da frequência de seus filhos em 90% das aulas, as famílias recebem

um salário mínimo mensal do GDF.

Ontem, Nankani lembrou a avaliação positiva do programa feita pelo Unicef (órgão das Nações Unidas para a Infância), que destacou o êxito da iniciativa para a manutenção das crianças nas escolas.

Relatório do Unicef mostra que enquanto 17,7% das crianças entre 7 e 14 anos que não tinham bolsas não foram aprovadas em 96, só 8,9% dos bolsistas se encontravam nessa situação.



ESTABILIZAÇÃO

Nankani disse ontem à platéia de cerca de 100 representantes da Igreja Católica e outras seis igrejas cristãs, movimentos populares e organizações não-governamentais (ONGs) da área social, que o efeito da estabilização econômica no Brasil já esgotou sua contribuição para a redução da pobreza e desigualdade no país. "O efeito positivo da queda da inflação já terminou. Agora é preciso fazer a economia crescer e reforçar os gastos na educação, saúde, saneamento básico e reforma agrária", ressaltou.

Se o Brasil crescer em média 4,5% nos próximos 20 anos, a quantidade de brasileiros abaixo da linha da pobreza — com renda per capita abaixo

de US\$ 1 ao dia — cairia dos atuais 25% da população adulta para 15%, de acordo com estimativas do Bird. "Se junto com o crescimento econômico aumentassem os investimentos sociais, essa queda seria maior. Restariam apenas 5% de brasileiros abaixo da linha da pobreza", comentou Nankani. Isso, porém, ainda não seria suficiente para diminuir a elevada desigualdade social existente no país, uma das mais altas do mundo.

O Índice Gini (usado para medir a desigualdade) no Brasil é 63. Se a renda per capita fosse igual em todas as camadas sociais, esse índice seria zero. Segundo Nankani, com o desembolso de cerca de R\$ 8 bilhões anuais (1% do PIB), o governo poderia garantir uma renda mínima para essa parcela da população (o equivalente a US\$ 30 per capita mensais). No entanto, a orientação do Bird é contrária a um programa de renda mínima, pois prefere aplicar esses recursos em projetos que gerem empregos.

A reafirmação do Bird por uma agenda com ênfase nos investimentos sociais ocorreu em um debate do *Simpósio Dívida Externa: Implicações e Perspectivas*, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Hoje, no encerramento do evento, será divulgado um documento com várias recomendações ao governo e presidencialistas sobre as preocupações desses segmentos sociais com a dependência do Brasil aos capitais externos para financiar o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos este ano, na casa de US\$ 33 bilhões.